

CONVÊNIO ACADÊMICO



CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA



Pesquisa “Memória da Constituinte (1987-1988)”

Depoimento

CANDIDO MENDES

EQUIPE DE PESQUISA

Antônio Sérgio Rocha (DCS/Unifesp) – Coordenador-geral/Editor

Daniel Menezes (Direito/Mackenzie) – Coordenador adjunto

Andrei Koerner (DCP/Unicamp)

Ademar Seabra da Cruz Junior (MRE/Itamaraty)

Bernardo Ferreira (ICS/UERJ)

Cicero Araujo (DCP/USP)

Eduardo Noronha (DCS/UFSCar)

Jefferson Goulart (DCH/UNESP)

Nascido no Rio de Janeiro em 1928, Candido Antônio José Francisco Mendes de Almeida bacharelou-se em Direito (1950) e em Filosofia (1951) pela Universidade Católica (RJ), doutorando-se em Direito pela Universidade do Brasil (atual UFRJ) em 1952. Professor Universitário desde 1951, lecionou na Faculdade de Direito Candido Mendes e na Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro. Em 1955, foi membro fundador do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Em 1961, chefiou a Assessoria Técnica da Presidência da República no Governo Jânio Quadros (1961). Após o golpe de 64, empenhou-se em lutar, ao lado da Igreja Católica, na defesa de presos e perseguidos políticos. De 1965 a 1971, teve extensa atuação como professor visitante em universidades americanas, como a Universidade de Colúmbia, Harvard, Cornell, Universidade do Texas e a Universidade da Califórnia. Em 1969, fundou o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), instituição que abrigou alguns professores e intelectuais impedidos de trabalhar sob acusação de serem subversivos e que ficou conhecida pela excelência de seus trabalhos acadêmicos em ciências sociais.. Nesse mesmo ano, tornou-se subsecretário da CNBB (Conferência Nacional do Bispos do Brasil). Em 1971, passou a integrar a Comissão Pontifícia de Justiça e Paz do Secretariado Leigo no Sínodo Romano. Em 1979, tornou-se presidente da International Political Science Association (IPSA). Em 1988, participou da criação do PSDB. Candidatou-se a deputado federal nas eleições de 1986 (PMDB) e em 1994 (PSDB), mas não obteve êxito. Em 1997, exerceu o mandato de deputado federal pelo PSDB. Em 1987, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras (ABL). Em 1992, tornou-se presidente do Conselho Superior de Ciências Sociais da UNESCO. Recebendo o legado intelectual de Alceu Amoroso Lima, fundou, para a propagação das ideias e preservação da memória do pensador católico, o Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade. Foi reitor da Universidade Candido Mendes, no Rio de Janeiro. Faleceu em 2022.

Direitos Humanos: da Comissão Arinos à CF 88

A partir da sua convocação pelo Presidente Sarney, a chamada “Comissão Arinos”¹ se converteu em um fato consumado. Passou então a se organizar e a definir a atuação de seus membros a partir de grupos, com uma mecânica de funcionamento regionalizada: o grupo de São Paulo, o grupo do Rio de Janeiro, o grupo de Brasília, do Nordeste, de Minas Gerais.

Na primeira fase, a ênfase foi em escutar as sugestões da sociedade. Os membros da Comissão, individual e coletivamente, tentaram estabelecer comunicações e contatos com os setores os mais diversos, remetendo correspondência e divulgando seus trabalhos. Recebemos um volume apreciável de sugestão sobre os mais variados assuntos, desde cartas individuais até comunicações de setores organizados da sociedade. Nessa fase de organização, Mauro Santayana² deveria ter ficado como secretário-geral. Mas, progressivamente, passei a tomar uma posição de maior ordenação e acabei como secretário de fato da Comissão, tendo Afonso Arinos na presidência e o Padre Ávila³ como vice-presidente.

A primeira reunião foi no Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro. Com 15 minutos de discussão, cada um dos membros da Comissão pediu a palavra. Surgiu a proposta de abrir as reuniões para a imprensa, o que foi aprovado. Mas, com isso, a Comissão ficou — como posso dizer — formal demais, cavalheiresca demais; muitas intervenções ficaram com jeito de discurso.

Finda essa primeira fase, que durou mais ou menos de setembro a dezembro de 1985, a “Comissão Arinos” se subdividiu em dez subcomissões: (1) Princípios Fundamentais da Ordem Constitucional, Organização Internacional e Declaração de Direito; (2) Federação e Organização Tributária; (3) Poder Legislativo e Organização Partidária; (4) Poder Executivo; (5) Poder Judiciário e Ministério Público (6) Educação, Cultura e Comunicação; (7) Condições

Ambientais, Saúde, Ciência e Tecnologia; (8) Ordem Econômica; (9) Ordem Social; (10) Defesa do Estado, da Sociedade Civil e das Instituições Democráticas. Eu, que estava associado à área de direitos humanos, fiquei como secretário da Comissão no. 1, cujo presidente era o Mário Martins.⁴ Daí saiu, com algumas poucas modificação, o artigo 5º da Constituição de 1988.

As pessoas participavam desses dez grupos da seguinte maneira: cada indivíduo poderia se inscrever com direito de voz e de voto em três desses grupos; evidentemente, poderia comparecer e ouvir reuniões de quaisquer outras subcomissões. As atividades eram muito informais: a preocupação inicial de que se devia ter um regimento de funcionamento foi se revelando exagerada. Na verdade, houve muita troca de ideias, muito intercâmbio e muito cavalheirismo.

Se não me falha a memória, a Comissão se reuniu 103 vezes: foram 103 dias integrais. Três ou quatro vezes em Brasília, outros tantos em São Paulo e a maior parte no Rio de Janeiro: no Hotel Glória e algumas reuniões ocorridas na Universidade Cândido Mendes. Outras vezes, em Itaipava, onde o Exército possui um excelente centro de treinamento — austero mas funcional, ótimo para trabalhar.

Na última fase, a Comissão Arinos votou em Plenário os relatórios provenientes das dez Subcomissões. O produto dessas votações constituiu o relatório final da Comissão Arinos – em outras palavras, o Anteprojeto a que se refere o decreto que instituiu a Comissão.

“A INCONFIDÊNCIA BRASILEIRA”

No trabalho que fiz, refletindo sobre a vindoura Constituinte,⁵ minha preocupação foi definir um padrão de ciência política de matriz bastante parsoniana. O que me inquietava muito era a falta de sistematização com que normalmente se abordavam o elenco de condutas que estavam empiricamente definidas nos diversos regimes nos quais se trataria o repertório da Constituição.

Daí eu ter procurado apresentar nesse trabalho, e sempre dentro da hipótese da abordagem sistêmica, o regime da federação, o regime dos poderes, o regime dos direitos humanos, o regime econômico-social, o regime da educação, saúde, cultura, o regime ecológico, de segurança e de relação internacionais. No fundo, o trabalho iria ter sequência ou não pelo peso intrínseco que teria numa abordagem realmente sistêmica de uma Constituição, tendo em vista os problemas fundamentais dos direitos humanos. Foi aí que propusemos uma série de novos institutos, que foram abrigados no artigo 5º da Constituição de 1988. Eu diria que 70% do texto do artigo 5º da Comissão Arinos sobreviveu no relatório da Comissão de Sistematização, já no funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte.

Eu trabalhei muito a noção de mandado de injunção dentro do conjunto e também a noção de ação popular e da iniciativa da cidadania na construção do edifício constitucional. Todos os problemas do regime social envolvidos nessa questão — do regime midiático e a definição do direito de resposta — ficaram intactos na proposta final da Comissão Arinos e vieram em cheio para o texto da Constituição de 1988.

TEMAS E DISPUTAS NA COMISSÃO

Houve temas que, por causa da urgência com que trabalhávamos e pela acumulação de atrasos, nunca chegaram a ser bem discutidos – a ecologia, para ficar num único exemplo. Eu fui o relator desse tema, porque não tinha mais ninguém para fazer isso e já se estava no fim do prazo. O mesmo ocorreu com a cultura e com a questão da pesquisa no ensino superior — por exemplo, a Comissão Arinos não contemplou a ideia de auxílio-pesquisa na instituição privada.

A questão da educação foi uma das mais debatidas, sobretudo porque havia duas grandes teses a esse respeito: a educação como serviço público e a

educação uma atividade de cooperação entre o setor público e o setor privado. Uma das batalhas mais fortes da Comissão foi negar que a educação não fosse considerada um serviço, e, portanto, não fosse contado como monopólio cedido pelo Estado. Houve aí muita influência da Igreja, e eu tive papel relevante nisso: a educação não ficou como serviço público no Anteprojeto Arinos e tampouco na Constituição de 1988. E tudo aquilo que a Igreja Católica desejava ficou contemplado no Anteprojeto da Comissão Arinos — sobretudo, essa questão da educação. A Igreja não teve queixas.

Na parte de Direitos Sociais, contávamos com Walter Barelí⁶ e Evaristo de Moraes Filho.⁷ Mas eu diria que eles não tiveram o destaque que precisariam ter tido dentro da comissão. Acho que era preciso ter tido menos doutores e mais sindicalistas. Alguns temas eram vindos ainda do período da ditadura e do período do populismo, como a unidade e a pluralidade sindical. No fundo, a Constituição aceitou um sistema de pluralidade muito atenuado e disfarçado. Se eu perguntar aos meus alunos assim: “A Constituição de 1988 segue o modelo do pluralismo ou da unidade sindical?”, eles não vão saber responder.

Basta ver também a questão do regime da propriedade na Comissão Arinos e depois como ela ficou. O latifúndio é um crime social: assim ele foi definido na Comissão Arinos e continuou praticamente desse modo na Constituinte. Mas ele nunca foi aplicado, evidentemente, dentro dessa condição. Com a reforma agrária, foi a mesma coisa: a norma articula sempre um conteúdo utópico, mas eu diria que, quase inconscientemente, ela fica dentro do seu enunciado rigorosamente prospectivo, lógico; e aqueles tantos dispositivos da Constituição e da Comissão Arinos não foram realmente regulamentados.

Outra coisa que me parece séria foi a definição equívoca do problema do nacionalismo, sobre o qual a Comissão foi extremamente conservadora em só admitir o estatismo dentro do quadro da ordem econômica e social em situação excepcional. Essa foi uma outra regressão muito grande da Comissão, que foi

acompanhado *ipsis litteris* pelo texto da Comissão de Sistematização na Assembleia Constituinte. Mas não posso dizer que o trabalho na Comissão foi frustrante, porque foi uma tarefa fascinante poder trabalhar numa comissão que foi ganhando uma relativa coesão, dentro desses papéis e com algumas contribuições importantes. A contribuição de Celso Furtado me pareceu extremamente importante, dentro do problema do planejamento de uma maneira geral.

SISTEMA POLÍTICO

No que tange ao federalismo, os maiores opositores à tese da descentralização foram os ex-governadores. Mas outras pessoas defenderam intensamente a descentralização: Raphael de Almeida Magalhães,⁸ José Alberto de Assumpção e Evaristo de Moraes Filho.

A parte do sistema político, em linhas gerais, era por um presidencialismo com eleições diretas, em dois turnos e exigindo maioria absoluta. Mas haveria a conjugação desse arranjo com o Conselho do Estado e com um Primeiro-Ministro. O regime de corresponsabilidade entre o Presidente da República e o Conselho de Estado estaria na indicação do Primeiro-Ministro. Discutimos muito a questão da dissolução do Conselho de Estado: se deveria ser feita por uma moção e iniciativa do Primeiro-Ministro ou do Presidente da República. No fundo, o que se buscava era uma conjugação do Conselho de Estado com a Presidência da República. Seria um regime híbrido: era o que se podia fazer naquele momento, para salvar o parlamentarismo ardentemente desejado pelo Arinos.

Afonso Arinos tinha a eminência de um grande vulto da República, que vinha desde que fora Ministro das Relações Exteriores do Governo Jânio Quadros, no qual que eu chefei a assessoria da Presidência. Ele tinha uma posição elegante como presidente da Comissão, e sua interferência nos trabalhos era muito

pequena. Nunca o vi interferir — mesmo porque, pela sua liderança, Mario Martins tinha um protagonismo muito grande nas atividades da Comissão.

Sem querer puxar a brasa para a minha sardinha: o eixo da questão dos direitos humanos foi onde estouram os debates num primeiro momento. Diria que, depois dos direitos humanos, o debate sobre a Ordem Econômica, o debate sobre a posição do Estado, na qual as forças progressistas tiveram essa derrota final, e o enorme debate sobre a educação. E a absoluta ataraxia da Comissão sobre os problemas de reforma agrária, que vinham do pavor que tinham do Francisco Julião e da ideia da subversão vinda do campo, que ainda continuava muito clara lá. Com isso, seria impossível pensar-se em sindicalismo rural, como se poderia ter pensado e discutido na época. Mas, o que eu acho mais sério é não ter definido e capitulado as exceções ao direito puro de propriedade que o latifúndio envolve.

A COMISSÃO E O GOVERNO

Se o Governo Sarney pressionou a Comissão Arinos? Em nada. O governo não deu a menor importância à Comissão. Sarney se desinteressou profundamente por ela, sobretudo quando veio a questão do presidencialismo e do parlamentarismo. A Comissão Arinos fez seu trabalho sem que ela fosse vista como um instrumento de políticas públicas. O governo não se interessava, mas também não atrapalhava. Ainda assim, eu diria que a Comissão foi ganhando uma articulação muito grande, ao mesmo tempo em que ela perdia relevância no noticiário público. Ela não ficou nas manchetes e teve uma cobertura pobre da imprensa. A complexidade das discussões jurídicas não é uma coisa que salte fácil para as manchetes.

REPERCUSSÕES DO ANTEPROJETO ARINOS

O Presidente Sarney não leu o Anteprojeto da Comissão Arinos. Não leu e não gostou. Eu vi a cara que ele fez quando recebeu o Anteprojeto das minhas mãos.

A ideia da *vis normativa* possível, que deveria permitir esse projeto, não foi sentido por ele como uma iniciativa do governo. Eu tenho a impressão de que ele definiu dentro de outras ponderações o que seria a sua política de barganha com o Congresso Nacional. A própria Assembleia Nacional Constituinte, pelo menos no seu momento de instalação e início dos trabalhos, tinha uma posição muito refratária à proposta da Comissão Arinos, porque o Congresso Nacional recém-eleito via o Anteprojeto como uma espécie de ingerência, uma *capitis diminutio* do seu trabalho, a partir de um texto pronto. Mas o Anteprojeto da Comissão Arinos não foi rejeitado: ele foi todo copiado, e isso às escondidas. Depoimentos de algumas pessoas com quem nós falamos que participaram do processo, e mesmo com protagonistas, confirmam que aquilo que havia sido rejeitado pela forma foi muito aproveitado num segundo momento. O interessante é como, entre as idas e vindas, a não admissibilidade do trabalho da comissão, intrometendo-se na Constituinte e o trabalho da Comissão de Sistematização, há um hiato e uma retomada por debaixo do pano. Não sei se já fizeram o comparativo entre a Constituição de 1988 e o Anteprojeto da Comissão Afonso Arinos e viram os textos *ipsis litteris* da Comissão Arinos que estão na Constituição.

Nós demos o recado na Comissão, e alguns dos seus membros disputaram a eleição de 1986. Nós fomos à luta. Eu quis ser deputado constituinte, concorrendo pelo PMDB. Mas perdi.⁹ De modo que a minha participação no processo constituinte acaba com a entrega do texto da Comissão Arinos nas mãos do Presidente Sarney.

A entrevista com o professor Candido Mendes ocorreu na tarde de 10 de dezembro de 2009, em seu gabinete na Universidade Cândido Mendes, no centro do Rio de Janeiro, com a participação dos pesquisadores Antônio Sérgio Rocha, Jefferson Goulart e Ademar Cruz.

NOTAS

¹ Composta por 50 membros, a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais foi convocada pelo Presidente José Sarney por meio do Decreto nº 91.450, de 18 de julho de 1985, e concluiu seus trabalhos em 18 de setembro de 1986.

² Mauro Santayana nasceu em 1932, no Rio Grande do Sul. Ocupou cargos destacados nos principais órgãos da imprensa brasileira, especialmente na mídia impressa. Foi chefe de reportagem do *Diário de Minas* (1955 - 1958) em Belo Horizonte, secretário de redação da *Última Hora* (RJ) em 1959, Após o golpe de 64, exilou-se durante mais de dez anos, no Uruguai, no México, em Cuba, em Praga, na Checoslováquia. Foi comentarista econômico da *Revista Panorama Econômico Latino-Americano* (1965) em Cuba, trabalhou como jornalista e chefe das emissões em português da Rádio Havana, em 1966, e como comentarista político da Rádio Praga, entre 1968 e 1970. Em Bonn (Alemanha Ocidental), assumiu o cargo de correspondente do *Jornal do Brasil* (1970 - 1973). Dois anos depois de voltar do exílio, em 1976, assumiu o cargo de diretor da sucursal da *Folha de S. Paulo* em Minas Gerais, na qual escrevia uma coluna diária de política, ocupando depois o cargo de correspondente internacional da *Folha* em Madrid. Foi colaborador da *Gazeta Mercantil* (1982 - 1992) e do *Correio Brasileiro*. Escreveu também na revista *Manchete*, no jornal mineiro *Binômio*. Foi diretor-presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, na área cultural. Em 1985, integrou a "Comissão de Estudos Constitucionais", que elaborou um Anteprojeto para a Constituição de 1988. Conselheiro, *ghost writer* e amigo de Tancredo Neves, foi o responsável pela articulação da campanha presidencial do então governador mineiro, representando-o em São Paulo. Foi adido cultural do Brasil em Roma, entre 1987 e 1990. A amizade com Tancredo e o trabalho feito pela reconquista da democracia garantiram-lhe uma condecoração do governo mineiro, em cerimônia em Ouro Preto em 2004. Em 2015, foi agraciado com o Prêmio Especial Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos por “suas contribuições ao jornalismo brasileiro e da América Latina e por relevantes serviços prestados às causas da democracia, paz, justiça e contra a guerra”. Escreve regularmente para a Carta Maior, para a Revista do Brasil. É comentarista de TV e mantém um blog, no qual escreve artigos e crônicas sobre política, economia e relações internacionais, cujo endereço na internet é maurosantayana.com.

³ Fernando Bastos de Ávila nasceu no Rio de Janeiro em 1918. Entrou para a Companhia de Jesus em 1935, na qual começou o seu noviciado. Ali, fez cursos de Humanidades, Retórica e Filosofia Escolástica. Em Roma, fez o mestrado em Filosofia e Teologia na Universidade Gregoriana. Em 1948, recebeu sua ordenação sacerdotal. Seu doutorado em Ciências Políticas e Sociais foi na Universidade Católica de Louvain, Bélgica, onde defendeu a tese *L'Immigration au Brésil*. Em 1955, criou a Escola de Sociologia, Política e Economia da Pontifícia Universidade Católica (RJ), na qual lecionou as disciplinas de Sociologia, Ética e Doutrina Social da Igreja de 1954 a 2010. No exercício da função de Vice-Reitor da PUC-RJ, juntamente com Evaristo de Moraes Filho e Djacir Menezes, empenhou-se na luta pelo reconhecimento da profissão de sociólogo, que ganhou aprovação por parte do MEC. Em 1990, foi nomeado pelo Papa João Paulo II membro da *Comissão Pontifícia Justiça e Paz*, da qual foi um dos relatores, sendo reconduzido para o cargo em 1996. Foi o articulador da criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento, órgão de assessoria da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e seu primeiro diretor. Teve quinze livros publicados e numerosos ensaios, artigos e conferências: *O problema da imigração, O*

pensamento social cristão antes de Marx, Fé cristã e compromisso social, Solidarismo: alternativa para a globalização, A Igreja e o Estado no Brasil: perspectivas e prospectivas, Pequena Enciclopédia de Doutrina Social da Igreja, Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo, Reflexão cristã sobre o meio ambiente, entre outros títulos. Sexto membro da cadeira 15 da Academia Brasileira de Letras, foi eleito em 14 de agosto de 1997, sucedendo a Dom Marcos Barbosa. Faleceu em 2010.

⁴ Mário de Sousa Martins nasceu em Petrópolis em 1913. Ingressou na Escola de Direito do Rio de Janeiro em 1930, mas abandonou o curso quando se interessou pelo jornalismo esportivo, escrevendo para o *Diário Carioca* e *A Crítica* até fundar *O Mundo Esportivo*, em parceria com Mário Filho, em 1932. Em Nova Friburgo, fundou junto com Valter Ataíde o jornal *A Esquerda*, como veículo de denúncia das mazelas sociais da cidade, postura que lhe valeu uma série de ameaças e a proibição do jornal em circular. Retornou ao Rio de Janeiro e trabalhou em diversos jornais, dentre eles *O Radical*. Nessa época, apoiou José Américo de Almeida como candidato às eleições presidenciais de 1938, canceladas quando Getúlio Vargas instituiu o Estado Novo, ao qual Martins se opôs e que lhe valeu diversas prisões. Em 1941, ingressou no serviço público como chefe da Seção de Pesquisas e Estatística do Serviço de Alimentação da Previdência Social, órgão do Ministério do Trabalho. Em 1944, fundou, ao lado de Vítor do Espírito Santo Cardoso, o *Resistência*, jornal que combatia Estado Novo, pregava a deposição de Getúlio Vargas e a convocação de uma Assembleia Constituinte. Logo se engajaria na criação da UDN (União Democrática Nacional), sendo, porém, derrotado na disputa por uma vaga na Constituinte. Após o fechamento do *Resistência*, foi nomeado adjunto do adido comercial brasileiro na Argentina, cargo que deixou antes de publicar o livro *Perón — um confronto entre o Brasil e a Argentina*. De volta ao país, reassumiu seu posto no Ministério do Trabalho. Em 1950, foi eleito vereador pela UDN do então Distrito Federal (RJ) e figurou na oposição ao segundo Governo Vargas. Nas eleições de 1954, foi eleito deputado federal e em sua atuação defendeu a posse de Juscelino Kubitschek — apesar da tese udenista de "necessidade da maioria absoluta". Reeleito em 1958, foi coautor de um projeto propondo a fusão da cidade do Rio de Janeiro com o Estado do mesmo nome. Nesse momento de sua vida política, as relações entre ele e Carlos Lacerda oscilavam entre o rompimento e a reaproximação, como no apoio a Lacerda na eleição para o governo da Guanabara em 1960 e a renúncia ao mandato de deputado federal em 1961, quando retornou ao jornalismo em *A Noite*. Neste periódico, defendeu a posse do vice-presidente João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros, tese rechaçada por Carlos Lacerda em seu jornal *Tribuna da Imprensa*. Algum tempo depois, Martins seguiu para o *Jornal do Brasil* e para a *Revista Manchete*. Por meio de um convite de Evandro Lins e Silva, foi nomeado para uma vaga no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) na fase parlamentarista do Governo Goulart, embora tenha sido favorável à implantação do regime militar de 1964, a quem hipotecou apoio, embora criticasse as cassações e prisões dos adversários do novo governo. Logo usaria sua coluna no *Jornal do Brasil* para fazer oposição aos militares, tão logo esses confirmaram a intenção de permanecer indefinidamente no governo. De novo aliado a Carlos Lacerda, foi eleito senador pelo MDB em 1966 e participou da articulação da Frente Ampla, que visava a restaurar a ordem institucional no país. No Congresso Nacional, denunciou casos de corrupção e de perseguições políticas praticadas pelo regime; em razão dessa postura, foi cassado pelo AI-5, em fevereiro de 1969. Passou então a residir em Vitória (ES), dedicando-se à agropecuária. Em razão da continuidade da abertura política no Governo Figueiredo, retornou ao Rio de Janeiro em 1981 e ingressou no PMDB, chegando a

ocupar a presidência do diretório regional. Candidato a senador por uma sublegenda peemedebista em 1982, foi derrotado por Saturnino Braga, reeleito pelo PDT. Conselheiro da Associação Brasileira de Imprensa (1983-1992), apoiou as *Diretas Já* e a aprovação da Emenda Dante de Oliveira. Frustrado o movimento, passou a apoiar a candidatura de Tancredo Neves à sucessão do Presidente Figueiredo. Membro da Comissão de Estudos Constitucionais, foi assessor do senador Afonso Arinos e representante da ABI no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, órgão do Ministério da Justiça. Era pai da escritora Ana Maria Machado e do jornalista Franklin Martins. Faleceu em 1994.

⁶ *A inconfidência brasileira. A nova cidadania interpela a Constituinte*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

⁶ Nascido em São Paulo (SP) em 1938, Walter Barelli graduou-se em Economia pela FEA-USP em 1963. Entre 1966 e 1967, cursou o Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento, também na USP. Em 1978, doutorou-se em Economia pela Fundação Instituto de Tecnológico de Osasco. Trabalhou no Banco do Brasil de 1959 a 1965. Em dezembro desse ano, ingressou no DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos), órgão do qual se torna diretor técnico dois anos mais tarde. Ali, coordenaria o assessoramento técnico da entidade ao movimento sindical. Em 1981, passou a lecionar economia na PUC-SP, atividade que manteria até 1990. Foi Ministro do Trabalho no Governo Itamar Franco (outubro de 1992 a abril de 1994) e Secretário do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo (SERT) de 1995 a 2002, nos Governos Mário Covas e Geraldo Alckmin. Foi deputado federal pelo PSDB-SP na legislatura de 2003 a 2007. Lecionou Teoria Econômica no Instituto de Economia e foi membro do CESIT (Centro de Economia Sindical e do Trabalho), ambos da Unicamp. Integrou o conselho do IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), ao lado dos economistas Luiz Gonzaga Belluzzo, Maria da Conceição Tavares e Delfim Netto. Faleceu em 2019.

⁷ Evaristo de Moraes Filho nasceu no Rio de Janeiro em 1914. Em 1933, ingressou na Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, na qual foi colega de Alzira Vargas (filha de Getúlio Vargas), Arnaldo Lopes Sussekind (futuro ministro da Agricultura) e de Benjamin Eurico Cruz (futuro ministro do Trabalho), além de aluno de Leônidas Resende, Hermes Lima e Castro Rebelo, três renomados juristas presos pelo regime varguista quando do fechamento da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Tornou-se bacharel em Direito em 1937, mesmo ano em que fez o curso de extensão em Psicologia com o Professor Euryalo Canabrava. Em 1939 ingressou na recém-criada Faculdade Nacional de Filosofia, tendo interrompido o curso, concluído no interregno de 1946 a 1949. Na mesma instituição, se doutorou em Direito em 1953 e em Ciências Sociais dois anos mais tarde. Foi secretário das Comissões Mistas de Conciliação, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Rio de Janeiro, entre 1934 e 1940, e autor do Anteprojeto de reforma dessas Comissões em 1938. Foi Procurador da Justiça do Trabalho entre 1951 e 1957 e membro da Comissão encarregada de redigir o Anteprojeto do Código Processual do Trabalho. Em 1952, foi designado pelo Ministro da Justiça consultor jurídico do Ministério do Trabalho, para redigir um Anteprojeto de regulamentação da greve, em 1953. Foi professor de Direito do Trabalho, Industrial e de Administração Pública. Após ocupar inúmeros outros cargos, aposentou-se em dezembro de 1966 como Procurador da Justiça do Trabalho. Seus dois últimos livros sobre Direito do Trabalho foram *A Justa Causa na Rescisão do Contrato de Trabalho* (1996) e *Evaristo de*

Moraes Filho, Construtor de Direito de Trabalho (2006). Na Filosofia, suas últimas obras foram *Goethe e a Filosofia – 250 anos de Goethe* (1999) e *Quinze Ensaio*s (2004). Também produziu trabalhos sobre a história das ideias, como *Liberalismo e Federalismo: Tavares Bastos e Rui Barbosa* (1991) e *Temas de Liberalismo e Federalismo no Brasil* (1991). Faleceu em 2016.

⁸ Raphael Hermeto de Almeida Magalhães nasceu em Belo Horizonte, em 1930. Formou-se em Direito pela PUC-RJ em 1956, entrando imediatamente para a política, militando na ala liberal da UDN (União Democrática Nacional) pela influência do pai. A convite de Carlos Lacerda, amigo de seu pai, organizou, juntamente com Hélio Beltrão, as bases administrativas e de planejamento do primeiro governo do Estado da Guanabara, do qual participou como influente assessor do governador. Em certa época, acumulou seis Secretarias de Estado naquele governo. Com a renúncia de Lacerda, que se recusou a passar o governo ao adversário eleito, Negrão de Lima, e após a cassação do vice-governador Elói Dutra pelo regime militar, foi indicado candidato pelo voto indireto para completar o mandato. Mais tarde, se recusou a fazer parte do movimento de redemocratização da Frente Ampla, sob a liderança conjunta de Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart, por entender que aquele não passava de um ato quixotesco, sem consequências populares. Foi um dos principais defensores do deputado Marcio Moreira Alves, ameaçado de cassação e prisão por causa de um discurso no Congresso Nacional que os militares consideraram ofensivo. Preso logo depois, por ocasião do AI-5, abandonou temporariamente a política. Assumiu então a Diretoria de Planejamento da Light, sob a presidência de Antonio Galotti, tendo entrado em conflito com seus donos canadenses por discordar da política de investimento da empresa. Foi presidente da FENASEG, organizando o mercado segurador brasileiro, que considerava essencial para fomentar a poupança interna. Em meados dos anos 1970, sob o Governo Geisel, voltou à política como um dos principais articuladores da candidatura indireta de oposição do General Euler Bentes, com a estratégia explícita de dividir os militares para enfraquecer o regime. O resultado dessa candidatura prestigiada foi a precipitação da anistia, da volta dos exilados, do *habeas corpus* para suspeitos políticos, da eleição direta de governadores em 1982. Tudo isso abriu caminho para a campanha das *Diretas-Já* e a eleição indireta de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Também se tornaria um parceiro do senador Teotônio Vilela (ARENA-AL) nas articulações da abertura política e um dos políticos mais ligados à intimidade de Ulysses Guimarães. Em 1986, a convite do Presidente Sarney, assumiu o Ministério da Previdência e Assistência Social, no qual promoveu um amplo programa de informatização e de seguridade rural. Em razão de um conflito com dirigentes do PFL, Sarney o exonerou, levando-o de volta à vida privada. Consta ter tido influência na elaboração da Constituição de 1988, em especial no capítulo da Seguridade Social, em razão de sua proximidade com Ulysses e a cúpula do PMDB. De volta ao Rio, foi Secretário de Cultura do Governo Moreira Franco. Amigo de Fernando Henrique Cardoso desde os tempos da redemocratização, não quis voltar ao Ministério sob sua presidência, mas sugeriu a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, com os objetivos de promover o polo gás-químico de Duque de Caxias, o Teleporto, o Porto de Sepetiba e a candidatura às Olimpíadas de 2004. Para o Conselho, chamou Eliezer Batista e Mário Henrique Simonsen. Ambos, Raphael e Eliezer, tentaram demover Fernando Henrique de privatizar a Companhia Vale do Rio Doce, mas não conseguiram. Ao morrer, em 2011, era conselheiro de empresas do Grupo Eike Batista, filho de Eliezer.

⁹ O professor Candido Mendes obteve 20.565 votos, obtendo uma suplência pelo PMDB.